

A PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA NA DEFESA DE CIDADES SUSTENTÁVEIS¹

 <https://doi.org/10.56238/arev6n3-274>

Data de submissão: 20/10/2024

Data de publicação: 20/11/2024

Leticia Emiliana Santos Baratelli

Discente do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP campus de Franca
E-mail: le.baratelli@unesp.br

Maria Jose de Oliveira Lima

Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP campus de Franca
Líder do Grupo de Pesquisa GESTA - Gestão Socioambiental e a Interface com a Questão Social
E-mail: maria.jose-oliveira-lima@unesp.br

RESUMO

O presente artigo faz uma reflexão sobre a gestão de uma Associação de Moradores de bairro situada em um município de grande porte, localizado no Estado de São Paulo. Esse estudo traz importante contribuição no debate sobre a participação popular no planejamento das cidades como estratégia de gestão para o alcance do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS, da ONU, número 11 que aponta: “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”. A metodologia desenvolvida foi a pesquisa bibliográfica e de campo com abordagem qualitativa, com o uso das técnicas de entrevista semi-estruturada, e da observação. Os dados coletados nas entrevistas foram analisados a partir de uma perspectiva teórico-crítica que garante uma leitura da realidade social e favorece o entendimento das relações sociais na sua essência, ou seja, além daquela que se apresenta na aparência dos fatos. O estudo trouxe indicadores que apesar das associações de moradores serem espaços privilegiados para a participação popular, na instituição investigada não observou-se nenhuma prática de protagonismo de moradores na mobilização social e participação nos assuntos coletivos. Fica evidente que a associação de moradores não consegue desempenhar suas funções políticas e, tão pouco, facilitar a aproximação da população junto à gestão municipal, visando a participação na elaboração de políticas públicas e no desenvolvimento local sustentável.

Palavras-chave: Gestão de Cidades. Participação. Associação de Moradores de Bairro. Cidades Sustentáveis.

¹ O presente artigo é resultado de pesquisa de Iniciação Científica realizada junto à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP, campus Franca, durante os anos de 2021 e 2022, na modalidade de bolsista, com o apoio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPQ e pelo edital Unesp presente, com bolsa UNESP. Orientada pela Profa. Dra. Maria José de Oliveira Lima, Departamento de Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP, campus de Franca.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe estudar a gestão de uma Associação de Moradores de bairro situada no município de grande porte localizado no Estado de São Paulo, visando conhecer as estratégias de gestão adotadas pela instituição de moradores e as possibilidades de garantir a participação popular como instrumento de gestão em municípios, vislumbrando a consolidação de uma sociedade mais justa e cidades sustentáveis. Esse estudo justifica-se pelo interesse em refletir sobre a participação popular na elaboração do planejamento das cidades como estratégia de gestão para o alcance do objetivo do Desenvolvimento Sustentável da ONU, número 11 que aponta “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”.

Para o desenvolvimento da pesquisa buscou-se identificar as dificuldades apresentadas pela Associação de Moradores no gerenciamento das mesmas e analisar o nível de participação dos moradores do bairro no processo de gestão da associação, das políticas públicas e da questão socioambiental. Durante a pesquisa bibliográfica foram estudados os autores Demo (1993), Freire (1987), Oliveira (2022), Iamamoto (2015), Silva (2010), visando aprofundar as reflexões acerca de categorias teóricas centrais necessárias para a compreensão da realidade do objeto de estudo.

Durante o processo da investigação de campo foi selecionada uma Associação de Moradores de um bairro da cidade, indicada para o estudo, como amostra da pesquisa. Considerando os aspectos qualitativos presentes no objeto de estudo, optou-se pela abordagem qualitativa de pesquisa². O processo de recolha de dados foi desenvolvido através das técnicas de entrevista e da observação. A entrevista foi realizada na sede da Associação de Moradores e contou com a autorização e aceite do membro da diretoria, o atual presidente. A entrevista semiestruturada abordou questões sobre a infraestrutura do bairro, a participação dos moradores nos projetos da associação e na organização da cidade, conscientização dos moradores ao descartar os resíduos sólidos e entulhos na área de preservação, e os trabalhos realizados pela associação.

Para o registro das informações, foi utilizado o gravador, a partir da autorização do participante. A observação foi desenvolvida em todo o período da investigação no campo, sendo relatada todas as informações observadas no diário de campo. As análises dos dados foram realizadas segundo uma perspectiva crítica.

² A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos. (Minayo, 2007, p.21)

A pesquisa partiu do pressuposto que o exercício da participação popular junto a associação de moradores de bairro pode contribuir no processo de democratização da gestão municipal. A participação popular no planejamento da cidade tem grande potencial para a criação de políticas públicas capazes de atender às verdadeiras demandas socioambientais existentes nos territórios urbanos. As associações de moradores são instrumentos de participação, de organização política e de gestão, fundamentais para garantir o movimento e a conscientização da população do bairro, a partir de suas necessidades.

2 A PARTICIPAÇÃO POPULAR ENQUANTO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

A participação é o combustível necessário para a formação e fortalecimento dos movimentos sociais, logo, nas associações de bairros, pois representam a luta por direitos, melhorias na qualidade de vida de todos que vivem em um determinado território. A participação popular, como ferramenta de gestão democrática, consiste, como ponto de partida, na garantia da emancipação política dos indivíduos e possibilitando a superação das amarras do pensamento socialmente estabelecido pelo capitalismo.

A participação popular torna-se fundamental para a criação de um ser humano crítico e com conhecimentos sobre a sua realidade social e, a partir do desenvolvimento de práticas sociais e políticas, o indivíduo constrói uma práxis, que remete a relação dialética entre a prática e a teoria, a qual é construída a partir da vivência do ato de participar. Assim como corrobora Bordenave (1994):

A participação disseminada em associações e entidades equilibraria a tendência para a ruptura contida na participação se canalizada exclusivamente através dos partidos políticos. Além disto, na medida em que expressa interesses reais e mais próximos e visíveis por cada um, ajudaria a conter a tendência inata para o despotismo supostamente contido em toda democracia, já que ela submete as minorias. (BORDENAVE, 1994, p. 14).

Afinal, a participação e o incentivo dela consiste em instrumento de gestão importante para garantir uma sociedade politicamente, culturalmente e socialmente emancipada, conseguindo superar-se das desigualdades sociais por meio de processos reivindicatórios e participativos nos atos decisórios das diversas instâncias de poder do Estado. Dessa forma, favorecendo a construção de uma nova cultura, na qual a prioridade está sustentada na formação de cidades sustentáveis e livres de qualquer tipo de dominação. Assim como, promoveria a democracia, pois o processo de participação é um ato intrínseco da democracia social. O autor Demo (1988) contribui:

Ao mesmo tempo, tais considerações nos levam a afirmar que não é realista apresentar a falta de espaço de participação como problema em si. Na verdade, é apenas ponto de partida, porque disto partimos, ou seja: por tendência histórica, primeiro encontramos a dominação, e depois, se conquistada, a participação. Dizer que não participamos porque nos impedem, não seria propriamente o problema, mas precisamente o ponto de partida. Caso contrário, montaríamos a margem assistencialista, segundo a qual somente participamos se nos concederem a possibilidade. (DEMO, 1988, p. 19).

A participação ideal é a participação efetiva que é a conquistada, e não a cedida pelo Estado, afinal por esse caminho de aceitação da participação cedida a sociedade estará fadada às manipulações do Estado, aos seus interesses singulares, que intrinsecamente favorecem a classe dominante.

No entanto, vale ressaltar que a participação é um processo necessário para a sociedade civil se contrapor ao Estado, e garantir a participação efetiva, por meio da conquista. Promovendo a visibilização, a realização da cidadania, a implantação de regras democráticas de jogo, o controle do poder, assim como controle da burocracia nas políticas sociais e da corrupção que é intrínseca à formação desta sociabilidade.

A importância de conquistar a participação, é que através dela a sociedade civil vai conseguir conquistar ao longo dos anos, mais direitos sociais efetivos, assim como políticas sociais menos assistencialistas e mais focadas na compreensão de totalidade, respectivamente, compreendendo com mais qualidade as estruturas sociais intrínsecas ao processo de formação do Estado, com o objetivo de romper com as múltiplas desigualdades sociais, que permeiam as relações sociais desta sociabilidade.

3 EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA INTRÍNSECA AO PROCESSO DE LIBERTAÇÃO

A educação é uma ferramenta fundamental para contribuir na conquista da participação e a respectiva emancipação social. A partir da essência da educação como prática da liberdade, que os seres humanos vão se formar enquanto humanos. A educação dialógica e diálogo, consiste em uma educação pautada na dialogicidade que procura por meio da relação pedagógica horizontal, e de confiança, uma interação do humano com o mundo e da crença e confiança na capacidade do outro “ [...] É a educação como prática da liberdade” (FREIRE, 2021, p.29). O diálogo deve estar presente em todos os processos de ensino-aprendizagem, por meio da participação coletiva, na busca e opção pelos conteúdos, métodos, temas geradores e seus significados, até as relações mais amplas como a participação dos homens no mundo, “[...] uma educação libertadora, e não "bancária", é que, em qualquer dos casos, os homens se sintam sujeitos de seu pensar, discutindo o seu pensar, sua própria visão do mundo” (FREIRE, 2021, p.166). No processo educativo o conteúdo não pode ser tratado como um conjunto de informes ou uma imposição, como acontece na educação bancária. O papel do educador é fundamental nessa relação dialógica, “[...] a revolução organizada, sistematizada, e

acrescentada ao povo, daqueles elementos que este lhe entregou de forma desestruturada” (FREIRE, 1987, p.47). A partir de uma educação libertária os sujeitos passam de espectadores para atuantes sobre as diversas decisões em sociedade e contribuem para a transformação da mesma.

4 O PAPEL SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E A FORMAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

As organizações sociais são instituições constituídas por pessoas que visam alcançar objetivos específicos. Suas principais características são, ter um objetivo a ser alcançado, a presença de unidades sociais que simboliza um conjunto de pessoas que trabalham em busca do mesmo objetivo; é a junção de esforços individuais que geram uma ação coletiva, afinal existe um propósito a ser cumprido. Toda organização possui uma função social importante na sociedade que a torna legítima e institucionalizada. Alguns exemplos sobre o que são essas organizações: associações de bairros, sindicatos, escolas entre outros.

Pode-se diferenciar uma organização em duas formas: as organizações formais e as informais. As organizações formais são aquelas que são documentadas, e possuem registro em cartório, é portanto, regulamentada, contendo um CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, um número de inscrição e fica assegurada pela lei, um exemplo são: os partidos políticos. Já as organizações informais são aquelas que não estão registradas e documentadas.

Para existir uma organização é imprescindível a participação do coletivo. Assim como contribui o autor Maduro, (1986):

Em toda a história da humanidade tem sido constante a busca pelos direitos individuais e a consequente participação na sociedade. Nos tempos modernos essa participação vem crescendo, e para esse crescimento vários são os motivos apresentados; entre eles podemos citar a maior concentração de pessoas nas cidades, ocasionando sérios problemas para a comunidade; o aperfeiçoamento das técnicas de comunicação, a situação econômica de certa parcela da população, e também a Declaração Universal de Direitos, onde é assegurado o mesmo direito de participação política a todos os cidadãos. Entretanto, para alcançarem os seus objetivos, é necessário uma organização, pois como afirma Dallari,! "Toda proposta de modificação na vida social encontra a resistência dos interesses estabelecidos, dos acomodados ou dos que têm medo de toda transformação" (MADURO, 1986, p. 01).

Os movimentos sociais referem-se a uma organização social que se mobiliza, por meio de uma ação coletiva de um determinado grupo de pessoas, que tem como objetivo promover mudanças sociais a partir do embate político e do uso da participação enquanto ferramenta intrínseca para as conquistas sociais. No Brasil, a década de 1960, foi um período de grande efervescência da classe trabalhadora e da formação e constituição de movimentos sociais. De acordo com Benevides et al. (2022):

No início dos anos de 1960, precisamente no período entre 1960 a 1964, foi construída uma consciência nacional-popular, através da organização política de grupos sociais na luta por reformas estruturais, estimulados pela abertura político - ideológica dessa época. Vários movimentos sociais surgem e se mobilizam para as reformas de base, agrária, urbana, tributária e etc. Esses movimentos se gestaram, se organizaram e ganharam força política diante do cenário político, social, econômico e cultural da sociedade brasileira, sendo construídos por profissionais liberais, intelectuais, estudantes e trabalhadores de forma geral. (BENEVIDES et al., 2022, p. 55).

As associações de bairro são entendidas como um movimento social, justamente por reivindicarem por qualidade de vida e direitos sociais “[...] pois em razão do êxodo rural, a necessidade de organização das cidades era uma demanda latente, o que culminou na criação de vários movimentos sociais, entre eles as associações de moradores” (BENEVIDES et al., 2022, p. 56) atuando sobre as demandas expressas pelos seus respectivos bairros.

Esse movimento social deve se caracterizar pela participação popular enquanto eixo fundamental da organização política dos moradores, visando construir processos democráticos e reivindicatórios. A educação consiste na base para que haja possibilidade de consciência crítica e organizativa da população para o engajamento político da comunidade, na luta para garantir o atendimento das demandas sociais. Embora existam elementos desta sociedade que contrapõem a efetivação dessas organizações. A autora Gohn, (2011), contribui que:

Há muitos desafios a serem enfrentados. Como meta geral, é preciso alterar a cultura política de nossa sociedade (civil e política), ainda fortemente marcada pelo clientelismo, fisiologismo e por diversas formas de corrupção; reestruturar a cultura administrativa de nossos órgãos públicos, ainda estruturados sobre os pilares da burocracia e do corporativismo; contribuir para o fortalecimento de uma cultura cidadã que respeite os direitos e os deveres dos indivíduos e das coletividades, pois a cidadania predominante se restringe ao voto e é ainda marcada pelas heranças coloniais da subserviência e do conformismo. (GOHN, 2011, p. 356).

Ou seja, as associações de moradores podem contribuir diretamente para a transformação de diversos espaços socioculturais na perspectiva de buscar por cidades sustentáveis, afinal, a qualidade de vida se dá por meio do entendimento sobre o equilíbrio entre homem e natureza. Dessa forma, a construção de cidades sustentáveis depende do tipo de gestão que se desenvolve nas comunidades e cidades, haja vista que a gestão garante a prática de uma intencionalidade ética e de sustentabilidade, promovendo a inclusão social e ambiental, e conseqüentemente, uma sociabilidade mais humana e livre.

No entanto, devido ao sistema econômico vigente e por meio das ideologias neoliberais torna-se cada vez mais distante esta realidade, onde as pessoas estão mais envolvidas com os seus direitos. Afinal, os trabalhadores estão inseridos em uma lógica de exploração da sua força de trabalho, desse

modo, a população não possui tempo e incentivo para exercer sua participação. As autoras Benevides et al, (2022) corroboram que:

Contudo, atualmente, a partir da implementação das políticas públicas neoliberais, o que tem acontecido é a parceria dessas instituições com o Estado, na qual se tem a descentralização de serviços públicos, recentemente regulamentada pela Lei de Chamamento público. Essa nova forma de gestão dos serviços públicos distorce a real função e os objetivos das Associações de Moradores, caracterizando-se pela prestação de serviços públicos e não pela luta de direitos e participação popular. (BENEVIDES et al., 2022, p. 60).

De fato existem diversos elementos culturais, econômicos e políticos para a desmobilização das Associações de bairro, inclusive a falta de verba para a manutenção destas entidades “[...] Muitas vezes a entidade não consegue prestar um serviço de qualidade para um número expressivo da população pela própria falta de recursos” (BENEVIDES et al., 2022, p.61).

5 ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO JARDIM PORTINARI

O bairro Jardim Portinari foi criado em 1982, no norte da cidade de Franca/SP, ao lado do bairro Vicente Leporace. A Associação de Moradores do bairro Jardim Portinari, foi implantada em 1989, “[...] Essa Associação teve início no ano de 1989, portanto, 7 anos a partir do início das obras do bairro e, há mais de 30 anos de existência até o momento atual” (BENEVIDES et al., 2022, p.72). O bairro Jardim Portinari, desde sua implantação sofreu com diversas questões de infraestrutura, conforme corroboram as autoras Benevides et al. (2022):

A construção do Jardim Portinari não seguiu o mesmo planejamento que o Jardim Vicente Leporace e, desde o início de sua ocupação por parte dos moradores, há aproximadamente 40 anos, sempre foi dependente do bairro Leporace, no que tange às questões dos aparelhos públicos, ou seja, escolas e creches, Unidade de Saúde - UBS, serviços do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e outros” (BENEVIDES et al., 2022, p. 63).

Outras considerações sobre o bairro Portinari, se caracteriza por ter duas áreas de preservação Permanente - APP, devido haver duas nascentes de água. Além disso, o bairro possui saneamento básico, ruas asfaltadas, coleta de resíduo orgânico três vezes por semana junto da coleta de resíduos recicláveis que é realizada aos sábados, assim como, é constituído por casas de alvenaria.

A Associação de moradores do bairro Portinari fica localizada na região central, e desenvolve projetos de interação com os moradores em parceria com a Prefeitura Municipal de Franca. Oferecem atividades esportivas, recreativas e festivas, como ballet, zumba e judô para crianças. Assim como, promovem eventos festivos comunitários como por exemplo o porco no rolete, Dia das Crianças e festa de Natal aos moradores, com o objetivo de promover recreação e lazer para a comunidade local, como

também, arrecadar fundos para a manutenção da Associação, por meio de muito trabalho e luta por parte dos membros da diretoria e de moradores. A Associação do Jardim Portinari tem uma trajetória de muito esforço e dedicação por parte de moradores, “[...] a história de lutas e conquistas da Associação, através de um árduo trabalho junto aos moradores e órgãos públicos da cidade para garantir a manutenção do prédio local e ainda na oferta de atividades recreativas e esportivas para a população do bairro” (BENEVIDES et al., 2022, p.72). Uma vez que, o município não se responsabiliza com as despesas totais da associação, conforme foi socializado anteriormente no texto.

Em uma das perguntas feitas ao presidente da associação, foi sobre o que a Associação de Moradores desenvolve além das atividades esportivas, de dança, ballet, zumba e as festas, o entrevistado (A) responde que:

Então a gente desenvolve como por exemplo, se o pessoal está fazendo uma campanha, aí precisa do salão. Um bazar da pechincha, alguma coisinha, a gente fornece o salão sem cobrar nada. Uma campanha, às vezes é para doença, para cuidar de saúde, alguma coisa que...para arrecadar ação. Isso tem sido muito comum no cenário pós pandemia, muita gente está precisando. (Entrevistado A).³

Outra pergunta que se torna muito importante para o respectivo debate, foi sobre qual seria o objetivo da Associação de bairro, em que o entrevistado B⁴, responde que: “É atender a comunidade, fazer a comunidade se sentir bem”. Outra questão levantada na entrevista foi acerca da participação dos moradores nas reuniões mensais da Associação e foi dito pelo entrevistado (B) que; "A reunião mensal é aberta e ocorre toda primeira segunda-feira de cada mês. Por ser aberta, toda a comunidade é convidada a participar. Só que dificilmente participa muito, vem um ou dois".

No decorrer da entrevista foi dito pelos entrevistados sobre a falta de conscientização da população com relação ao descarte correto de entulhos, resíduos orgânicos e dos materiais recicláveis. No entanto, segundo as autoras Benevides et al (2022):

[...] Essa instituição comunitária não realiza nenhuma atividade de educação ambiental ou socioeducativa objetivando uma orientação política capaz de contribuir para formação de uma consciência crítica dos moradores. Nesse sentido, entendeu-se que a ausência desse tipo de atuação pode dificultar a Associação atingir sua função social de mobilização e organização política da população, visando a luta por direitos e qualidade de vida. (BENEVIDES et al., 2022, p. 74).

Dessa forma, entende-se que a Associação de Moradores deveria estar mais envolvida em buscar meios, ferramentas ou parceiros para o desenvolvimento de atividades socioeducativas para a comunidade do bairro Portinari. Em um outro momento da entrevista foi retomado a questão da

³ A entrevista foi realizada no dia 09/08/2022, com morador representante do bairro Jardim Portinari.

⁴ Entrevista realizada no dia 09/08/2022 com morador do bairro Jardim Portinari.

participação dos moradores, sobre qual seria a opinião dos participantes sobre o envolvimento da população com a associação, e de acordo com o entrevistado A: “Acho que é muito pouco, quando tem uma dança de passinho por exemplo, é uma atividade que não paga nada, aí eles vem, mas quando é sobre a associação não vem para discutir”. No entanto, foi feita uma outra pergunta sobre quais são os métodos que a Associação utiliza para incentivar a participação da população na instituição e foi dito pelos entrevistados que antes da pandemia eles chegavam a postar os dias e horários da reunião, mas que depois da pandemia não postam mais porque é subentendido que a população já sabe os dias fixos de reuniões da Associação. Foi abordado também, acerca das dificuldades estruturais que a Associação encontra para desenvolver com mais qualidade suas atividades e foi dito pelo entrevistado (A) que:

A dificuldade é que a gente corre atrás da prefeitura e tudo e não somos atendidos. O prefeito esteve aqui, fez a campanha dele aqui e prometeu algumas coisas aqui para gente aqui no bairro. Aí a gente convidou para uma reunião aqui no bairro, já faz mais de mês e não veio ainda. Isso é a dificuldade nossa, entende?. Tem coisa para fazer no bairro e não somos atendidos. Por exemplo, o lugar que as pessoas estão jogando lixo o Prefeito prometeu uma quadra, para evitar que as pessoas continuem jogando lixo ali. Precisa de mais iluminação nas ruas, na quadra de futebol. (Entrevistado A).

Ambos os entrevistados demonstraram preocupação com a falta de iluminação adequada e ressaltam a importância disso, para poderem atender um público maior na realização de atividades esportivas e mencionam a possibilidade de haver horários disponíveis à noite ou no início da tarde, por volta das 18 horas. No entanto, sem a infraestrutura adequada não é possível, refletindo criticamente que, devido a esse contexto as crianças estão fadadas a somente irem para escola e depois para casa sem haver a possibilidade de realizar um esporte e até mesmo um lazer. Uma vez que, as demandas da Associação de Moradores do Bairro Portinari não têm sido atendidas pela Prefeitura Municipal de Franca.

6 CONCLUSÃO

Os resultados analisados sobre o estudo desenvolvido com a Associação de Moradores do Bairro Jardim Portinari, torna-se evidente que falta entendimento da instituição sobre a compreensão de fato, sobre a função social de uma Associação de moradores, sobre seus principais objetivos, que consiste em promover o debate entre os moradores em prol da luta por direitos e condições dignas de vida aos próprios moradores do bairro.

A Associação de Moradores, embora tenha promovido atividades de lazer e entretenimento para a população, em controvérsia tem se dedicado majoritariamente na promoção de eventos, festas e

atividades recreativas. Com isso, acabam não promovendo os objetivos intrínsecos e a sua função social, como também, não há práticas participativas da diretoria e nem mesmo de moradores, expressando características conservadoras e alienadoras, enfim, não conseguindo garantir a mobilização, organização e participação enquanto estratégias para promoção de cidades mais sustentáveis.

Destaca a necessária contribuição das universidades por meio de sua atuação pela pesquisa, formação e extensão universitária, visando praticar ações e programas de incentivo ao conhecimento crítico e político, através de oficinas de saberes múltiplos para os membros das Associações de Moradores e para a população em geral. Com isso, possibilitaria a compreensão mais ampla sobre temas como a questão ambiental, direitos e deveres, cidadania, a importância da Associação enquanto instrumento de luta e reivindicação de direitos sociais. Assim como, oficinas socioeducativas promovendo a formação de consciência crítica e política sobre as questões socioambientais, que estão diretamente ligadas ao desenvolvimento de um determinado bairro, cidade, estado e União.

É importante ressaltar que os membros da diretoria da associação são trabalhadores, pessoas da sociabilidade, que estão inseridos nesta lógica neoliberal, contraditória, promovida pelo sistema econômico vigente, o capitalismo. Dessa forma, há necessidade de aprofundar nas reflexões sobre as questões intrínsecas desta ideologia. Afinal, não haverá um incentivo do Estado em promover educação e capacitação política para essas pessoas, pois a educação torna-se ferramenta de emancipação social, na qual o Estado não possui interesse em promover.

Este estudo justificou-se sua relevância em refletir sobre a importância da participação popular na elaboração do planejamento das cidades como estratégia de gestão para o alcance do objetivo do Desenvolvimento Sustentável da ONU, número 11 que aponta “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”. No entanto, pode-se observar a partir dos debates socializados neste texto, que essas questões ligadas à promoção da participação popular e organização política de moradores do bairro, não tem sido prática realizada nesta associação estudada

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Geis de Oliveira; LIMA, Maria José de Oliveira; GUIMARÃES, Orlineya Maciel. A Associação de Moradores do bairro Jardim Portinari e a sua relação com a gestão socioambiental no bairro. In: LIMA, Maria José de Oliveira; BENEVIDES, Geis de Oliveira; VIEIRA, Camila Barbosa (Orgs). Gestão de Demandas Socioambientais: Políticas Públicas e Associações Comunitárias. Curitiba: CRV, 210p., 2022.

BORDENAVE, Diaz, E. Juan. O que é participação?. São Paulo, Editora: brasiliense, 1994.

DEMO, Pedro. Participação é Conquista. São Paulo: Editora, Cortez, 1993.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro, Editora: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. Educação como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro. Editora: Paz e Terra, 1967.

GOHN, Glória Maria. Movimentos sociais na contemporaneidade. São Paulo, Revista Brasileira de Educação, 2011.

IAMAMOTO, M.V. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015a.

MADURO PONTES, Aparecida Lídice. Participação e Movimentos Sociais. Rio de Janeiro, Acervo - Revista do Arquivo Nacional, 1986.

MENEZES, de Naiara, Amanda. A questão socioambiental e o desenvolvimento sustentável no capitalismo contemporâneo. In: LIMA, Maria José de Oliveira; BENEVIDES, Geis de Oliveira; VIEIRA, Camila Barbosa (orgs). Gestão de Demandas Socioambientais: Políticas Públicas Comunitárias. Curitiba: CRV, 210p., 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Editora Vozes Limitada, 2007.

OLIVEIRA, de Arcanjo, Viviane. Estado, políticas sociais e neoliberalismo. In: LIMA, Maria José de Oliveira; BENEVIDES, Geis de Oliveira; VIEIRA, Camila Barbosa (orgs). Gestão de Demandas Socioambientais: Políticas Públicas Comunitárias. Curitiba: CRV, 210p., 2022.

PAULO NETTO, J.; BRAZ, M. Economia política: uma introdução crítica. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, M. G. e. Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao serviço social. São Paulo: Cortez, 2010.